

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 20.11.2017

Segundo as previsões, até 2036, 20,7% da população serão idosos com idade igual ou superior a 65 anos, aliás, a taxa de crescimento anual da população idosa vai ser superior à taxa respectiva da população em geral, daí a grande probabilidade de Macau vir a ser uma sociedade superenvelhecida. Por outras palavras, em cada 5 pessoas uma é idosa. Com o agravamento do envelhecimento populacional e o aumento do nível de vida dos residentes, a procura de serviços categorizados e diversificados para os idosos vai aumentando, e as exigências para os que são prestados pelo Governo também serão mais elevadas.

Segundo alguns dados, os lares de idosos, 10 beneficiários e 10 não beneficiários de apoio financeiro, disponibilizam 1685 vagas. As autoridades planeiam aumentar dois lares em 2017 e um em 2018, procurando que as respectivas vagas aumentem até 2400 no espaço de dois a três anos. Há que salientar que, segundo a exigência de o número das vagas em lares de idosos ser equivalente a 5% do da população idosa, são necessárias 7800 vagas. Mesmo seguindo o padrão de 3,4% estabelecido pelo Governo, o número necessário também supera as seis mil. Olhando para as vagas existentes, que são 1700 e tal, a diferença é enorme. Verifica-se portanto que as instalações destinadas aos idosos não conseguem satisfazer as crescentes necessidades.

De facto, o “mecanismo de protecção dos idosos” visa prestar-lhes apoio adequado e concretizar a política “consagrar apoio e sentido de pertença e de utilidade na terceira idade”. A protecção na velhice é um problema familiar e social, portanto não podem ser ignoradas as necessidades de cuidados domiciliários e de lares para os idosos. Mas, atendendo às previsões do envelhecimento populacional, a sociedade está preocupada com o seguinte: será que os recursos disponibilizados pelo Governo conseguem dar resposta às crescentes necessidades de protecção na velhice e assegurar os cuidados aos idosos?

Que se saiba, manter os idosos nas suas próprias casas e deixar que sejam as famílias a cuidar deles são as linhas gerais da política para os idosos. Nas LAG para 2018 o Chefe do Executivo refere a implementação efectiva de estratégias para enfrentar a problemática do envelhecimento populacional, e a concretização dos objectivos a médio prazo definidos no âmbito do “mecanismo de protecção dos idosos”. Assim sendo, solicito ao Governo que siga uma política em que os lares locais desempenhem o papel principal e os do Interior da China um papel secundário, reforçando o planeamento e a construção de lares para os nossos idosos, aumentando a oferta e dando resposta às necessidades; a par disso, há que aperfeiçoar a política para os idosos, reforçando o apoio aos que vivem sozinhos e aos seus cuidadores, a fim de que os idosos possam manter-se nas

suas casas. Há ainda que lhes prestar serviços adequados e que aperfeiçoar as respectivas instalações complementares, actualizando ou construindo instalações sem barreiras nos edifícios antigos e nos bairros comunitários, onde se concentra a população idosa, com vista a melhorar as suas condições de vida. Há que planear quanto antes o desenvolvimento dos cuidados aos idosos, e também que formar os talentos necessários, elevar a qualidade dos serviços, e reforçar os actuais, a fim de dar resposta às crescentes necessidades de protecção na velhice, consolidando bases para o desenvolvimento coordenado e sustentável das actividades no âmbito da protecção na velhice.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 20.11.2017

O incentivo ao aumento da taxa de natalidade exige diversas políticas de coordenação

Segundo o “Relatório do Estudo sobre a Política Demográfica de Macau 2015”, Macau vai passar a sociedade envelhecida em 2025, e em 2030 será uma sociedade superenvelhecida. O Governo já lançou, nestes últimos anos, várias ideias para incentivar o aumento da taxa de natalidade, a fim de fazer face às mudanças da estrutura demográfica, decorrentes do envelhecimento populacional, e aos futuros impactos decorrentes da falta de mão-de-obra.

Nas LAG para 2018, o Chefe do Executivo refere o aumento do subsídio de nascimento para 5 mil patacas, com vista à concretização da política de incentivo ao aumento da taxa de natalidade. O aumento deste subsídio pode dar resposta a algumas solicitações de apoio por parte de alguns recém pais, mas recorrer apenas à via económica não basta para aliviar a pressão em relação à prestação de cuidados aos seus filhos.

Nestes últimos anos, a taxa de natalidade aumentou, portanto, surgiram problemas tais como a falta de cuidados de saúde destinados às mães e bebés, de vagas nas creches, de instalações recreativas para crianças, e problemas de acesso às escolas, entre outros, portanto, os recém-casados perdem a vontade de ter filhos e os casais que já os têm, não querem mais. A vontade de ter filhos não aumentou significativamente, uma vez que aumentaram os custos com a educação dos filhos e também o número das famílias em que ambos os pais trabalham e o das famílias em que se trabalha por turnos, portanto, não há tempo para cuidar de filhos; as instalações sociais também não conseguem dar resposta às necessidades no âmbito dos cuidados às crianças, por exemplo, faltam serviços de apoio e a qualidade dos serviços de saúde infantil tem de ser reforçada; também faltam espaços para as crianças quer recreativos quer em casa, portanto, a preocupação é que as crianças não consigam crescer num ambiente de qualidade.

O incentivo ao aumento da taxa de natalidade é uma política a longo prazo, e a obra duradoura dos pais é educar os filhos. Na minha opinião, incentivar a procriação exige conjugação das políticas de economia, educação, saúde, cuidados domiciliários e creches, e a concretização do apoio em todas as vertentes. O Governo aumentou o subsídio de nascimento mas deve ainda estudar o aumento do limite de isenção de impostos para os pais, entre outras medidas de apoio económico; deve implementar, quanto antes, a política de harmonia familiar, permitindo que os pais equilibrem o trabalho e a família, deve implementar 5 dias de licença de paternidade remunerada e aumentar a duração

da licença de maternidade. Quanto ao apoio aos cuidados domiciliários, o Governo deve aumentar para 11 mil as vagas nas creches, tal como referido nas LAG, aumentar a percentagem das vagas nas creches a tempo inteiro e proceder à respectiva actualização tendo em conta os nascimentos; deve estudar a implementação de serviços de creches para crianças com mais de 3 anos de idade, para dar resposta às famílias em que ambos os elementos do casal são empregados e trabalham por turnos; e aperfeiçoar o regime de regulação e importação de empregadas domésticas. Para além disso, a política de incentivo à procriação deve ser integrada nos projectos das diferentes áreas governativas, e mais ainda, deve ser aperfeiçoada a política de habitação e prestada atenção à construção de instalações comunitárias, a fim de disponibilizar um ambiente habitacional adequado para as novas gerações. Quanto aos cuidados de saúde, há que otimizar os cuidados pré-natais e infantis, reforçando as técnicas médicas e as técnicas de procriação. Quanto à educação, há que atenuar a pressão com que se debatem os pais e as crianças no acesso à infantil e que reforçar as informações ao nível do ensino não superior, a fim de criar um ambiente social que contribua para o desenvolvimento e a procriação, pois só concretizando o apoio em todas as vertentes é que é possível aumentar efectivamente a vontade de procriar dos nossos residentes.

IAOD dos Deputados Kou Hoi In e Vong Hin Fai em 20.11.2017

Durante as reuniões da 3.^a Comissão Permanente e da Comissão de Regimento e Mandatos nos dias 3 e 16 de Novembro, respectivamente, alguns deputados pediram a abertura ao público das reuniões das comissões, e depois da discussão, a maioria considerou que deviam ser observadas as regras gerais constantes do artigo 93.^o do Regimento da Assembleia Legislativa, ou seja, que as reuniões deviam decorrer à porta fechada, e manifestou as suas justificações. Nessas duas reuniões, foram imediatamente tomadas deliberações, ambas no sentido de manter as reuniões à porta fechada.

As referidas comissões já decidiram que as reuniões decorrem à porta fechada, isto é, que as mesmas têm carácter reservado, então, os deputados e participantes nas reuniões não podem revelar detalhes das opiniões e posições políticas manifestadas nem das respectivas intervenções. No entanto, depois das reuniões, um deputado divulgou, nas redes sociais, o conteúdo dessas reuniões e da discussão, e revelou, com a indicação de nomes e detalhadamente, as posições de cada membro, o que é lamentável.

Nos termos do artigo 4.^o do Regimento, os deputados têm o dever de observar a ordem e a disciplina fixados no Regimento, e de cumprir rigorosamente o Regimento e as simples deliberações do Plenário.

O artigo 38.^o do Estatuto dos Deputados também prevê que os deputados têm o dever de observar rigorosamente e defender a Lei Básica, a presente e as demais leis e actos normativos vigentes na RAEM, o Regimento, as resoluções e demais deliberações do Plenário e da Mesa da AL.

De facto, segundo o artigo 93.^o do Regimento, cuja epígrafe é “carácter reservado das reuniões das comissões”, as reuniões das comissões decorrem à porta fechada, salvo deliberação em contrário.

As comissões já deliberaram no sentido de dar cumprimento ao artigo 93.^o do Regimento, ou seja, a não abertura ao público das reuniões, portanto, todos devem cumprir isso. No entanto, foi citado e divulgado o que se passou e o que foi dito nas reuniões das duas comissões, com a indicação de nomes, e será que as citações foram objectivas e precisas ou foram parciais? Trata-se de uma questão que merece a nossa discussão. Verificámos ainda que o mesmo também aconteceu com as reuniões de outras comissões. Trata-se de um acto de desrespeito pelos deputados e pelas deliberações tomadas pelas comissões, e de incumprimento das exigências previstas no Estatuto dos Deputados e no Regimento, violando, deste modo, as referidas leis e deliberações.

Até aqui, todos os deputados cumpriam o Regimento e nunca se tinham

registado situações deste tipo, portanto, consideramos que o acto em causa ignorou por completo, as exigências previstas no Estatuto dos Deputados e no Regimento, perturbou gravemente a ordem das comissões, afectou os trabalhos destas, e violou a ética política dos deputados. Manifestamos a nossa forte insatisfação e defendemos que o acto em causa deve ser censurado.

Inovar o sistema administrativo do hospital público e promover o desenvolvimento saudável de uns serviços de saúde de melhor qualidade

O tempo passou muito rápido e num instante já passou metade dos “5 anos de glória” na área da saúde. Depois de 2 anos de melhoria, não se pode dizer que Macau não apresentou nenhum progresso, mas a situação real de consulta demonstra que muitas questões se mantêm e devemos assim estar alerta.

A grave escassez de pessoal médico e de enfermagem, a qualidade insatisfatória do serviço de especialidades médicas e o longo tempo de espera para consulta são factos incontestáveis. Para resolver, a longo prazo, a questão dos recursos humanos, há que proceder a uma coordenação sistemática e científica, e não se pode escavar os poços só quando se tem sede. No passado, o Governo propôs a concretização do objectivo de “um hospital assumir o papel de dois hospitais”, o que provocou o aumento do volume de trabalho do pessoal da linha de frente, que precisava sempre de fazer horas extraordinárias, sem tempo para descanso.

Apesar da sobrecarga de trabalho, o regime de progressão nas carreiras não foi devidamente melhorado, o que põe em causa o moral. Segundo o Regime da carreira médica, os médicos da função pública têm direito a progredir em cada 5 anos, mas isto não acontece com os especialistas com mais de 10 anos de exercício efectivo. Segundo o novo regime de progressão, para além da avaliação de habilitações, que já existe, há que efectuar, ainda, provas de conhecimento profissional. Assim, os médicos sentem grande pressão, pois estão sobrecarregados com o trabalho quotidiano e ainda têm de participar em acções de formação. A par disso, a falta de comunicação no trabalho resulta, facilmente, no surgimento de conflitos entre médicos e doentes, o que ninguém quer que aconteça.

Os serviços de saúde são especiais, porque implicam técnicas muito profissionais, existindo, portanto, independência quanto ao recrutamento e à gestão do pessoal, e ao funcionamento normal. O sistema de gestão dos Serviços de Saúde e do Hospital Conde de S. Januário é completamente administrativo, e restringido pelo pensamento administrativo, ao nível de recrutamento e promoção do pessoal, e de gestão salarial e administrativa, o que torna difícil ao pessoal do sector concentrar-se no seu trabalho.

As actuais despesas com os serviços de saúde pública são elevadas, e o número de pessoal a formar a curto prazo não satisfaz as necessidades reais. Porque não se criam mais condições e oportunidades quanto ao recrutamento, para atrair mais médicos especializados de qualidade para Macau, com vista a atenuar a pressão sentido pelo pessoal do sector? Na reforma da gestão interna

dos hospitais públicos, porque não se reduzem as restrições administrativas desnecessárias, para os médicos poderem ficar bem-dispostos e concentrar-se nas técnicas profissionais médicas?

Falta a metade do caminho d' "os cinco anos brilhantes para a saúde", e há ainda muito para fazer no âmbito de formação, recrutamento, gestão e promoção do pessoal. No sector da saúde há um ditado: "médicos não se tratam a si próprios", porque têm preocupações, que podem afectar o seu julgamento, mas este ditado tem razão, ao nível do tratamento dos pacientes. Porém, se um gestor administrativo dos assuntos de saúde tiver o mesmo pensamento quanto aos problemas no sistema de saúde, já não é uma coisa boa, quer para o elevar da qualidade dos serviços, quer para a melhoria do ambiente onde os cidadãos recebem esses serviços.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 20.11.2017

A optimização do serviço de autorização de licenças administrativas deve começar com o melhoramento do respectivo regime

Quando os cidadãos pretendem abrir um restaurante, uma farmácia ou uma agência comercial de importação e exportação de medicamentos, têm de pedir aos serviços públicos licenças de obras e administrativas. Nos últimos anos, o Governo empenhou-se em otimizar os procedimentos do pedido de licenças e já optimizou os serviços de autorização para 45 licenças e, no próximo ano, vai introduzir os serviços “one-stop” em 10 procedimentos interserviços com implicações para a economia e a vida da população, o que merece o nosso reconhecimento. Mas, segundo muitos cidadãos, a falta de flexibilidade continua a ser grave nos serviços públicos e tem afectado a eficiência dos respectivos procedimentos.

Por exemplo, para pedir uma licença administrativa, há que passar por diversos procedimentos, ou seja, apresentação da planta, obtenção da licença das obras e das obras de decoração, recepção das obras e obtenção da licença. Mas muitas vezes um simples pedido tem de ser assinado por um chefe de divisão, por um chefe de departamento e, depois, por um director. Se houver qualquer problema, os serviços públicos não comunicam ao requerente, de uma só vez, as suas opiniões de alteração, procedendo repetitivamente à apreciação e apresentam novas opiniões, tornando assim os procedimentos muito repetitivos. Mesmo que se chegue à fase de vistoria, é provável que as obras não sejam recebidas devido a um pequeno problema verificado pelo pessoal dessa vistoria e, neste caso, há que apresentar novamente a planta, o que arrasta, gravemente, a sua emissão.

Essas situações demonstram a falta de flexibilidade e a burocracia de alguns trabalhadores do Governo, porque têm medo de assumir responsabilidades. A passagem por vários superiores, o dogmatismo e as várias apreciações têm apenas um motivo – minimizar os “riscos de responsabilização”. Tenho sugerido várias vezes ao Governo que encoraje os dirigentes a assumir responsabilidades, a quebrar rotinas e a adoptar tratamentos flexíveis. Há dias, o Chefe do Executivo também deu uma resposta directa, e afirmou que ia impulsionar o melhoramento dos serviços e os procedimentos administrativos a partir de dois aspectos, isto é, o conceito e a consciência, e a reforma dos regimes.

Entendo que melhorar o conceito e a consciência dos trabalhadores da função pública é importante, mas o que tem maior importância é aperfeiçoar o respectivo regime de licenciamentos. Quanto a isto, sugiro ao Governo o seguinte:

1. Estender o actual regime das licenças provisórias de unidade industrial da

Direcção dos Serviços de Economia aos outros serviços públicos, para ser possível emitir com rapidez as licenças provisórias depois de apresentados os requerimentos, permitindo que as empresas explorem actividades durante o período em que estão a aguardar pelas licenças definitivas.

2. Introduzir um regime de “garantia de responsabilidades”, isto é, ao assinarem essa garantia, o empresário e o engenheiro registado garantem a segurança de alteração de obras e de instalações contra incêndios, e os serviços responsáveis podem emitir rapidamente a respectiva licença, através de um processo simplificado.

3. Atribuir aos serviços de aprovação da licença a faculdade de tratar, de forma flexível e consoante o caso, de problemas simples e sem perigo, para permitir às empresas, primeiro, a aprovação na respectiva apreciação, e só, depois, é que se realizam as fiscalizações para suprir, atempadamente, os eventuais defeitos.

4. Ao descobrir problemas na apreciação de documentos, os serviços de aprovação devem comunicar às empresas todas as suas opiniões de alteração, por escrito e de uma só vez.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 20.11.2017

Macau foi recentemente classificada pela UNESCO como “Cidade Criativa em Gastronomia”. Segundo as afirmações do CE na sessão de perguntas e respostas sobre as LAG, esta classificação vai ajudar à diversificação da economia, é como Macau tem uma gastronomia característica, não espera que arte culinária se vá perder ao longo dos tempos. Contudo, nos últimos anos, os estabelecimentos de comidas tradicionais de Macau estão a fechar aos poucos, e se Macau quer ser uma cidade gastronómica, o Governo vai ter de os ajudar a manter o negócio, e a passarem a arte para as próximas gerações, e com vista a reforçar a atractividade de Macau, deve recorrer-se à gastronomia para mostrar às pessoas a nossa história e cultura diversificada, como forma de diferenciação em relação a outras cidades gastronómicas.

A gastronomia tradicional de Macau é assegurada, maioritariamente, por micro e pequenas e médias empresas. Com o elevado custo das rendas e falta de competitividade, estas têm de abandonar os locais onde estão instaladas e a sua arte não consegue ser passada para as próximas gerações, o que está a limitar o desenvolvimento da gastronomia tradicional. O Governo tem definido várias medidas de apoio às PME e o Chefe do Executivo refere nas LAG que o apoio às PME é um dos trabalhos mais importantes a desenvolver pelo Governo, referiu ainda que no próximo ano vai rever os procedimentos do pedido de licença para os estabelecimentos de comidas e que o IFT tem oferecido cursos de formação em arte culinária, contudo, o desenvolvimento da cultura culinária em Macau continua no “gargalo da garrafa”. Segundo muitas pessoas do sector, o Governo tem lançado várias medidas para apoiar os estabelecimentos tradicionais, nomeadamente, apoio financeiro, mas o que eles mais precisam é que o Governo promova outras medidas eficazes para resolução dos seus problemas.

O Governo deve apoiar o desenvolvimento económico das zonas comunitárias, no sentido de promover os bairros antigos e ajudar os estabelecimentos de renome e com características próprias e as pequenas lojas a conseguirem mais oportunidades de negócio. Os bairros antigos merecem ser divulgados e promovidos, porque são ricas as características histórico-culturais, mas como as construções são velhas e faltam instalações de apoio aos transportes, dificilmente se consegue atrair a clientela. Alguns desses estabelecimentos enfrentam dificuldades de exploração, portanto, o Governo deve lançar medidas eficazes para os apoiar. Por exemplo, otimizar as instalações de apoio aos transportes no futuro plano de renovação urbana e integrar esses bairros nos roteiros de visita, negociando com as agências de viagens formas para atrair os visitantes. Só assim é que os bairros podem ser revitalizados e as suas características aprimoradas, a par das políticas de apoio aos estabelecimentos e pequenas lojas para elevarem

as suas capacidades de exploração, que são, aliás, requisitos para um desenvolvimento económico ordenado.

A transmissão da arte das iguarias tradicionais depende do interesse da nova geração, do interesse em continuarem com a exploração do negócio ou em abraçar a profissão. Para além de continuar a apoiar as instituições de ensino superior a organizar cursos, o Governo deve ainda lançar medidas para atrair pessoas para esse ramo de actividade, revitalizando-o e encorajando os mestres a transmitir a sua arte, pois, é na preservação das iguarias tradicionais que Macau vai conseguir manter a fama da sua gastronomia. Para além do Festival de Gastronomia anual, há que definir ruas e praças para a realização de actividades gastronómicas de grande envergadura, onde sejam servidas as iguarias tradicionais de Macau. Por exemplo, Chengdu, que faz também parte da lista das cidades gastronómicas, criou a rua da cultura gastronómica em Jinli, para atrair os turistas. Macau precisa também da sua marca gastronómica para atrair turistas e abrir mais espaços para diversificar a sua indústria de turismo.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 20.11.2017

O novo concurso para a candidatura a habitação social começou no passado dia 8 e, logo nos primeiros dois dias, foram distribuídos 18 mil boletins de candidatura, o que bem reflecte a necessidade premente de habitação dos residentes.

A habitação social tem por objectivo resolver o problema de habitação dos residentes em situação económica desfavorecida. Alguns residentes, trabalhadores do sector da segurança, referiram que desta vez não são elegíveis para se candidatarem, pois a autoridade competente alterou a forma de candidatura a habitação social, contabilizando apenas para o cálculo dos “rendimentos” o valor total dos auferidos nos últimos 10 meses. Esses trabalhadores auferem apenas mensalmente o salário mínimo de 6240 patacas e, devido ao custo de vida e à pressão das rendas, têm de trabalhar 4 horas extraordinárias por dia para manter os meios de subsistência, mas, mesmo assim, o valor médio dos seus rendimentos mensais é por volta de 10 mil patacas, o que não vai para além do limite máximo de rendimentos mensais de 11 470 patacas, definido para candidato individual. Mas, desta vez, porque receberam a compensação pecuniária dos feriados obrigatórios e alguns subsídios eventuais, os seus rendimentos ultrapassam o limite máximo e deixam de poder candidatar-se.

São escassos os recursos de habitação social e, portanto, é óbvio que o Governo é rigoroso no respectivo planeamento e fiscalização, para assegurar a intenção inicial subjacente à política em causa. Nos concursos anteriores, eram calculados os rendimentos do mês anterior à data de apresentação do pedido, mas, se os rendimentos não fossem de valor fixo, o cálculo era feito com base no valor médio dos rendimentos auferidos nos últimos 6 ou 12 meses. Quanto a esta matéria, a Lei da habitação económica prevê igualmente que “[p]ara efeitos de cálculo, o rendimento mensal é o rendimento obtido durante o mês anterior ao acto de declaração ou a média de rendimento mensal obtido nos doze meses anteriores ao acto de declaração”. Acredito que esta forma de cálculo consegue reflectir de forma mais objectiva a situação de rendimentos dos candidatos. Mas como temos agora a Lei da habitação social e nela não há uma previsão clara sobre o rendimento mensal, e os serviços competentes alteraram a forma de cálculo, um grupo de pessoas que merece ser apoiado é afastado, o que contraria a intenção original de as habitações sociais serem para apoiar os residentes em situação desfavorecida.

Não são poucos os empregados que trabalham longo tempo, ganham pouco e não são beneficiados pelo desenvolvimento económico, sofrendo a pressão cada vez mais pesada da inflação; mais, face aos preços em alta dos imóveis, verificados nestes últimos anos, têm de sofrer a pressão pesada da falta de habitação, e esperaram muitos anos por uma nova abertura da candidatura a

habitação social, mas, devido à forma de cálculo irrazoável dos rendimentos das famílias, as suas candidaturas foram recusadas e ficaram sem ajuda. Exorto o Governo a prestar atenção a estes problemas e a consultar o cálculo médio anterior para o ajustamento do valor dos rendimentos para a referida candidatura, a fim de assegurar que os residentes que dela necessitam tenham uma via para isto.

Se se pretender o alívio da dificuldade de ter uma habitação por parte dos residentes, para além do aumento da oferta das habitações públicas, há ainda que acelerar a revisão da lei inerente e, agora, a Lei da Habitação Social já foi entregue à Assembleia Legislativa para apreciação, mas a Lei da Habitação Económica, cuja auscultação foi concluída há mais de dois anos, até à data ainda não foi lançada. O Governo prometeu já que, no decurso de dois anos, ia abrir uma nova candidatura a habitação económica. A sociedade espera que, antes da sua abertura, a respectiva lei seja melhorada, devido às insuficiências e lacunas existentes, para que os residentes possam participar na candidatura através do sistema de pontuação, evitar a exclusão dos residentes que necessitam verdadeiramente de habitação, e salvaguardar a razoabilidade e justiça da sua distribuição.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 20.11.2017

Com a recuperação das receitas do jogo, o mercado imobiliário começou a subir desde meados do ano passado. Em Maio deste ano, o Governo anunciou a redução dos limites do rácio dos empréstimos hipotecários para a aquisição de imóveis, excepto para a primeira aquisição pelos residentes de Macau, mas como a medida é demasiado moderada, e sendo os residentes os principais compradores, o aquecimento do mercado não conseguiu ser eficazmente travado perante tais restrições meramente parciais. Segundo dados estatísticos, no 3.º trimestre do corrente ano, o preço médio das fracções habitacionais por metro² atingiu 99 276 patacas, que se aproxima dos valores elevados registados em 2014, ultrapassando gravemente a capacidade da população em geral. Assim, muitos residentes só podem continuar a suspirar. O Governo afirmou que ia lançar medidas de controlo consoante a evolução dos preços, mas até à data ainda nada se viu de concreto.

Segundo as LAG para 2018, na política de habitação pública vão continuar a prevalecer as habitações sociais complementadas pelas económicas. No entanto, a construção das habitações públicas é muito lenta, não há calendarização para a sua conclusão, e as novas tipologias ficaram sem paradeiro, portanto, é difícil, quer para a classe de base quer para a classe média, adquirir casa própria perante os preços elevados, daí o descontentamento em relação ao Governo.

Durante a abertura do 19.º Congresso Nacional, o Presidente Xi Jinping sublinhou que as casas são para habitar e não para especular, demonstrando que as habitações são bens essenciais e não comerciais, e insinuando que os governantes locais têm de criar mecanismos eficazes de longo prazo para o problema da habitação, de reprimir a especulação e de promover o desenvolvimento estável do mercado.

Para concretizar o conceito de “habitação e bem-estar para todos”, traçado nas LAG, solicito ao Governo para lançar medidas e mecanismos para criação dum mercado imobiliário saudável, concretizar, quanto antes, a construção das habitações públicas, satisfazer as necessidades através do aumento da oferta, e concretizar a política de destinar os terrenos de Macau às suas gentes e a renovação urbana, com vista a atenuar o aumento dos preços dos imóveis. Por outro lado, há que estudar medidas para elevar os custos da especulação, recorrendo, por exemplo, a taxas fiscais progressivas, de modo a reprimir a especulação e a promover o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 20.11.2017

Senhor Presidente,
Caros colegas:

Nas LAG para 2018, refere-se a criação de uma plataforma de divulgação de informações e a continuação da optimização do Portal do Governo e das infra-estruturas do Governo Electrónico. Contudo, os meios *online* para o diálogo entre governantes e cidadãos não acompanham o desenvolvimento social, e os websites do Governo apresentam diversos problemas, por exemplo, falta de uniformização do formato e dificuldades na pesquisa, portanto, há que aperfeiçoá-los quanto antes.

A internet mudou a vida das pessoas e alterou as formas de comunicação, e como os cidadãos recorrem mais às aplicações de telemóvel e às redes sociais para comunicar e receber informações, os dirigentes de diversas regiões recorrem mais a estes meios para comunicar com os seus cidadãos, receber opiniões e até para o diálogo directo. Os líderes e governantes de diversos países e o Chefe do Executivo e alguns secretários da RAEHK abriram contas nas plataformas sociais, para divulgar as políticas e trocar opiniões com os cidadãos, e conseguiram resultados positivos.

Em Macau, falta esta interacção, pois o Chefe do Executivo e os Secretários divulgam informações e recolhem opiniões através de outros meios, tais como a publicação de notícias nos sítios, com quadros de mensagens. Alguns Secretários têm conta no *wechat*, mas como não a usam com frequência, a maioria das notícias é desactualizada, e outros há que nem sequer têm qualquer meio para comunicar com os cidadãos, o que demonstra que não acompanham o ritmo dos tempos.

O Governo, o Chefe do Executivo, os secretários, as direcções de serviços, os gabinetes e até as comissões e conselhos têm as suas páginas electrónicas. Já são mais de 80, mas existem problemas quanto à uniformização do formato, à forma de divulgação das informações e à imprecisão na organização das mesmas, o que dificulta a pesquisa. O Governo procedeu à reorganização do seu Portal, mas os resultados não foram os ideais. As funções de pesquisa são insuficientes, os cidadãos têm dificuldade em encontrar as informações, por isso, ainda há espaço para melhorias.

Para criar um governo inteligente, melhorar a comunicação entre governantes e residentes, e a plataforma de divulgação de informações, os titulares dos principais cargos devem dar mais importância à comunicação nas redes, abrindo

contas nas plataformas sociais e assegurando a sua actualização, facilitando a interacção com a população, a divulgação do seu trabalho, e contribui para ficarem a par das exigências dos residentes. Há também que proceder, quanto antes, à integração dos websites do Governo, uniformizando os meios e as formas de divulgação de informações, e reforçando as funções de pesquisa e de *extensions*. Os residentes têm de conseguir procurar facilmente informações e formulários no website do Governo, e até poderem apresentar os seus requerimentos e proceder a pagamentos, o que só lhes facilitará a vida, aumentará a eficácia administrativa e atenuará a pressão do pessoal da linha de frente.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 20.11.2017

Adopção de medidas para apoiar os portadores de deficiência a encontrar emprego

O Governo lançou a proposta de lei intitulada “Benefício fiscal à contratação de pessoas portadoras de deficiência” com o objectivo de incentivar os empregadores a contratarem as que têm capacidades e condições adequadas para o trabalho, a fim de aumentar as suas oportunidades de trabalho e integração social, e aliviar o problema da falta de recursos humanos na sociedade. A proposta de lei foi aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa (AL), mas a sociedade tem dúvidas quanto à mesma conseguir ou não ter efeitos positivos.

Recentemente, uma estimativa do Conselho Executivo revelou que há em Macau 7100 pessoas portadoras de deficiência e, segundo uma estimativa grosseira feita por alguns indivíduos, metade dessas pessoas trabalha, mas normalmente são trabalhos monótonos, como lavagem de veículos e de roupas, arrumação de quartos, segurança, fabrico de pão, entre outros, indicando que o baixo nível de técnica profissional é um dos motivos importantes para a dificuldade de encontrarem um emprego de que gostem ou de mudarem para um emprego mais adequado ou com salário mais elevado, portanto, entendem que, mesmo que o Governo realize cursos de formação, os portadores de deficiência que podem participar não são muitos, mais, os cursos têm falta de diversidade e às vezes nem há pessoal suficiente para os realizar.

O baixo nível educacional é também um outro motivo para a dificuldade de arranjar emprego. Segundo os dados dos censos em 2011, existiam naquela altura 11 141 portadores de deficiência, 71,1 por cento com o ensino primário ou menos, 12,9 e 9 por cento com o ensino secundário geral e o ensino secundário complementar, respectivamente, e apenas 3,7 por cento com o ensino superior. Pelo que se vê, os portadores de deficiência ficam a perder logo no início do seu caminho de sobrevivência e de desenvolvimento.

A meu ver, promover a igualdade de oportunidades no acesso ao emprego dos portadores de deficiência dificilmente se concretiza num curto espaço de tempo só com uma política. O Governo tem de criar um sistema aperfeiçoado de serviços laborais. Proponho que isto seja feito segundo 6 vertentes: 1. Reforçar as acções de formação profissional, para elevar a capacidade e a confiança das pessoas deficientes na procura de emprego; realizar acções de formação específica tendo em conta os tipos e graus de deficiência; diversificar os cursos de formação técnico-profissional, para alargar o espaço de emprego dessas pessoas. 2. Efectuar uma reforma no actual sistema educativo, colmatando os defeitos e as insuficiências, para salvaguardar a igualdade no acesso ao ensino dos portadores de deficiência; reforçar a flexibilidade do modelo educativo e dos conteúdos pedagógicos, em prol de um adequado ensino para os mesmos. 3. Impulsionar a

generalização de locais de trabalho sem barreiras arquitectónicas, para aumentar as suas capacidades de independência e mobilidade. 4. Resolver as dificuldades de se deslocarem, em prol da salvaguarda do direito de deslocação. 5. Alargar a divulgação, para elevar o reconhecimento da sociedade sobre a capacidade de trabalho dessas pessoas, eliminar os preconceitos sociais sobre a capacidade de trabalho das mesmas, e mudar o antigo conceito da sociedade – as pessoas deficientes não têm produtividade. 6. Reforçar os apoios relativos ao ambiente de trabalho, disponibilizando-lhes apoio psicológico e emocional, para eliminar as dificuldades que sentem no local de trabalho.

IAOD do deputado Zheng Anting em 20.11.2017

Os jovens são a esperança do futuro desenvolvimento de Macau. Hoje em dia, os preços da habitação e dos produtos são elevados, por isso, muitos jovens deparam-se com grande pressão, pois não conseguem comprar casa para constituir família nem são muitas as opções de emprego. Esta pressão deixa muitos jovens desorientados e com dificuldades em agarrar as oportunidades decorrentes do desenvolvimento do país.

Segundo o relatório final do estudo sobre a oferta e a procura de habitação pública, divulgado em Setembro, nos próximos cinco anos a oferta não vai satisfazer a procura, além disso, não existe uma solução sobre a nova tipologia de habitação pública que ajude a classe média na aquisição de casa, e entretanto, os preços das habitações privadas continuam elevados, muito para além do poder de compra dos residentes. Em Maio deste ano, o Governo reduziu os limites do rácio de empréstimos para aquisição de segunda habitação, e, até ao momento, os preços caíram 12,2%, mas o preço por metro quadrado continua a exceder 9 mil 300 patacas, deixando os cidadãos desiludidos. Assim sendo, planear racionalmente o uso dos recursos humanos, equilibrar a oferta de diferentes tipos de habitações não é só uma solicitação da sociedade a longo prazo, é também uma condição importante para concretizar o objectivo das LAG, que é avançar com pragmatismo e partilhar o desenvolvimento.

Segundo muitos jovens, a sua maior preocupação é habitação. Porém, nas LAG divulgadas na semana passada, foi zero a tinta usada com as novas tipologias de habitação e pensões para jovens, entre outros temas relacionados com as necessidades de habitação da classe sanduiche. Muitos ficaram desiludidos e consideram que a questão é tão urgente que quase queima as sobancelhas, por isso, deve ser resolvida atempadamente.

Na minha opinião, os serviços competentes devem prestar atenção às opiniões dos jovens, e na definição das políticas de habitação, devem ter em consideração os jovens e as necessidades da classe sanduiche a 5 anos, ajudando-os a resolver as dificuldades com a compra de casa. Os jovens podem resolver em primeiro lugar as necessidades e depois trabalhar contentes, o que ajuda a reforçar o sentido de pertença e a que tenham perspectivas claras para definir os seus planos de vida. Para além disso, ainda se concretiza a promessa das LAG para 2018, de reforçar as garantias de habitação e construir uma cidade habitável.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 20.11.2017

Segundo uma notícia recente da imprensa: “o projecto ‘Cidade Inteligente de Xangai’ tem uma nova cara: a versão actualizada do serviço gratuito de Wi-Fi ‘i-Shangai’, designado por Quiosque de Informações Wi-Fi Gratuito ‘Amo-te Xangai’, foi apresentada no Vale de Inovação Changyang, situado em Binjiang na Zona de Yangpu do Distrito de Hongkou. Este quiosque utiliza o chip electrónico mais avançado a nível mundial (modelo 802.11ac Wave2). No teste realizado ao equipamento foi registada uma velocidade de transmissão 150 vezes superior à média da velocidade do serviço de wi-fi gratuito na China (2Mbps), correspondendo a um aumento de 30 vezes da velocidade actual de ‘i-Shangai’ (cerca de 10 Mbps)”. Em toda a China, as cidades estão a transformar-se em cidades inteligentes, criando condições para o desenvolvimento do comércio electrónico e da informatização do governo, além de proporcionar todas as condições favoráveis para se utilizar meios electrónicos nas compras e pagamentos *online*. Isto têm contribuído muito para o aumento e a promoção do consumo interno e, segundo a comunicação social: “durante o Festival de Compras Duplo 11, a plataforma de comércio online T-Mall, que pertence ao Grupo Alibaba, ultrapassou o recorde de venda diária, tendo registado um volume de vendas no valor de 168,2 mil milhões de Renminbis, equivalente a um aumento anual de 39 por cento”.

Na opinião dos cidadãos, o conceito de “cidade inteligente” consiste no uso de tecnologia informática para melhorar a vida nos centros urbanos e promover a harmonia e o desenvolvimento sustentável nas cidades. As novas medidas continuamente lançadas nesse sentido pelas cidades chinesas contribuíram para o seu rápido desenvolvimento, e o comércio electrónico tornou-se nelas uma actividade habitual. No caso de Macau, que pretende “transformar-se em cidade inteligente para o aumento da sua competitividade”, não se vê nenhum progresso nesse domínio. Por exemplo, o nível pouco satisfatório do serviço de telecomunicações no território é considerado como um obstáculo ao desenvolvimento. Problemas como “serviço lento e caro” nas telecomunicações e dificuldades de ligação à rede gratuita de *wi-fi* em muitos lugares públicos ainda não foram resolvidos. Antes de se falar no grande objectivo de desenvolvimento do comércio electrónico, seria melhor uma redução significativa do tarifário, e o mais importante é melhorar a qualidade das redes, elevando a sua velocidade. Mais, os custos em Macau têm sido superiores ao que se cobra nas regiões vizinhas quanto a compras *online*, entrega rápida dessas compras e sua recepção, através de estabelecimentos intermediários. Por isso, muitos que fazem compras *online* recebem os produtos em Zhuhai para não recorrer a intermediários de Macau, mas essa necessidade de atravessar as fronteiras e o processo complicado de compra vêm desmotivar o seu interesse pelas compras através da rede. Mais, muitos turistas já se habituaram a compras e pagamentos *online*, mas em Macau ainda não há legislação para a protecção dos interesses desses consumidores. Devido a esses problemas, o desenvolvimento do comércio

electrónico e de “cidade inteligente” de Macau, que pretende tornar-se cidade internacional de turismo e lazer, está a um nível muito distante do das regiões vizinhas. Por conseguinte, os turistas não conseguem conhecer o lado moderno de Macau como metrópole internacional. Assim, a população espera um maior progresso nos trabalhos dos serviços competentes para Macau poder articular-se com as regiões vizinhas e desenvolver-se em “cidade inteligente” com a experiência dessas regiões, para a população poder usufruir das facilidades trazidas pelo desenvolvimento da internet.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 20.11.2017

Macau detém um conjunto de estruturas da cultura oriental e ocidental de há mais de 400 anos, que integram o património mundial, e está posicionado como Centro mundial de turismo e lazer. Nos últimos anos, o desenvolvimento económico e turístico e a conclusão sucessiva de infra-estruturas trouxe uma complementaridade entre as zonas novas e os bairros antigos.

Na realidade, o desenvolvimento das construções antigas do Centro Histórico de Macau tem restrições, e está envolvido em factores económicos como “quem vai financiar as obras de reparação” e “para quem revertem os benefícios decorrentes da conservação”; tendo em conta a situação de desproporção entre o investimento e a produção, muitas construções antigas de propriedade privada do Centro Histórico estão degradadas por falta de restauro desde há muitos anos. Se se não conceder quanto antes os devidos apoios, as ruas com edifícios degradados vão prejudicar a imagem de Macau como centro turístico a nível internacional. Assim, propõe-se a adopção do modelo de capitais mistos, isto é, o financiamento das obras de reparação e conservação das construções pelo Governo, que arrenda a terceiros ou ao proprietário para a sua exploração, e a renda reverte para este segundo uma proporção; a concessão de apoios, em prol da conservação do estilo e da cultura das construções históricas de toda a zona; e ainda o aproveitamento do desenvolvimento de toda a zona para impulsionar a revitalização e conservação das construções antigas do Centro Histórico.

Há que aproveitar a preservação dos vestígios históricos e criar um espaço aberto urbanístico diversificado. Atendendo ao *background* da sociedade de diferentes eras e às transformações do pensamento, o conceito de desenvolvimento e as funções a desempenhar devem sofrer ajustamentos de acordo com as transformações da era, para responder às necessidades de desenvolvimento urbanístico de hoje.

Quanto à preservação e ao reaproveitamento dos bairros históricos, existem casos bem-sucedidos em todo o mundo. Consoante as características ou a dimensão dos bairros, são diferentes os valores da sua existência, e a diferenciação dos usos e costumes culturais vai também resultar em diferentes pontos de vista e tratamentos. Um bairro histórico pode corresponder em dimensão a uma povoação ou até a uma rua. São também diferentes as maneiras de reaproveitamento e revitalização em virtude das condições e políticas vigentes, e da diferenciação da cultural regional. A revitalização também tem a sua originalidade devido à diferenciação das características e valores nucleares. Mas tudo tem de recorrer ao modelo de parceria público-privada.

Macau depara-se com os temas da concorrência e cooperação, decorrentes da globalização no século XXI, entre as cidades, e da manutenção de um

desenvolvimento sustentável, portanto, trata-se de um rumo importante para o seu desenvolvimento em relação às questões de como destacar as características de Macau com traços ocidentais e orientais ao nível cultural e histórico, e de proporcionar um ambiente de vida urbana com níveis diferentes.

Por isso, sugere-se que as autoridades efectuem estudos sobre o plano de revitalização dos bairros do Centro Histórico e ponderem a criação de um mecanismo de “parceria público-privada” (PPP), isto é, cabe ao Governo definir os regulamentos, o tipo de actividades, as regras aplicáveis ao funcionamento, etc., e, com base nos relatórios de viabilidade comercial que lhe for disponibilizado, fixar o prazo de funcionamento; mais, o Governo pode aplicar os recursos com maior eficiência, pois, ao conceder a execução das obras e o respectivo funcionamento à empresa adjudicada, pode lançar, ao mesmo tempo, mais projectos de revitalização, e neles integrar elementos comerciais, com vista ao aumento dos factores susceptíveis de um desenvolvimento sustentável do Centro Histórico. Isto pode aumentar a quantidade e a dimensão da reparação das construções históricas, disponibilizando mais estabelecimentos de comércio que sejam suportáveis pelas PME, o que é, de facto, revitalizar o Centro Histórico e os bairros nas suas proximidades, fornecendo mais elementos turísticos.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 20.11.2017

Divulgar, nos termos da lei, as contas das associações financiadas, para colocar os financiamentos públicos ao sol

Cidadãos de Macau: há um ditado famoso que diz que “Macau é pobre pois só tem dinheiro”. Os residentes ironizam porque o Governo recorre sempre ao dinheiro mas não consegue resolver os problemas que não podem ser resolvidos com dinheiro. O cofre do Governo está inundado, mas ter dinheiro não significa que se pode agir sem pensar. No ano passado, as receitas orçamentais ultrapassaram 100 mil milhões de patacas, mas as despesas atingiram 96,5 mil milhões. Nos últimos anos, a diferença entre as receitas e despesas tem sido cada vez menor, mas como o Governo não adopta uma atitude cautelosa na gestão dos dinheiros, o hemiciclo e a sociedade devem empenhar-se na fiscalização da aplicação do erário público.

Macau tem um “pequeno cofre” chamado “Fundação de Macau” (FM). Esta fundação foi criada no início de 2001, e já na altura alguns deputados suspeitavam que, com o seu funcionamento à porta fechada, o tráfico de interesse seria provável. Neste momento, a Fundação recebe, anualmente, 1,6% das receitas brutas do jogo. Em 2015, as receitas do jogo caíram durante vários meses consecutivos, mas a receita anual manteve-se em cerca de 200 mil milhões, e a Fundação obteve 3,3 mil milhões. Na altura, gastaram-se 2,3 mil milhões de patacas com mais de 2000 projectos, incluindo financiamentos elevadíssimos a associações, que variaram entre um e dez milhões. Há alguns anos, o responsável da Fundação frisou que o dinheiro acumulado atingia 24 mil milhões.

Nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 2/99/M, que regula o Direito de Associação, as associações que beneficiem de subsídios de entidades públicas, em montante superior ao valor fixado pelo Chefe do Executivo, publicam anualmente as contas em relação a cada actividade financiada. Mas desde o Retorno, o Chefe do Executivo não fixou esse valor tal como a lei exige, portanto, as associações ficam dispensadas da divulgação das contas. Mesmo que o financiamento exceda cem milhões, o Governo, a Fundação e as associações podem limitar-se a divulgar trimestralmente o valor global das actividades financiadas. O público nada sabe sobre as despesas de cada actividade nem sobre os financiamentos atribuídos às instituições do Continente e do exterior.

Em Setembro de 2012, a Associação Novo Macau apresentou uma denúncia ao CCAC sobre a inércia do Governo, e no ano seguinte, o CCAC divulgou um relatório de investigação apontando a necessidade premente de proceder a uma revisão abrangente a partir da fonte, mas até agora, a atribuição não transparente de apoio financeiro por parte do Governo e da Fundação Macau (FM) continua na mesma, e a proposta de reforma do regime do CCAC foi pedra atirada ao mar.

Até Maio do ano passado, descobriu-se o caso do financiamento de cem

milhões de yuan à Universidade de Jinan pela FM, e surgiram fortes suspeitas de que o Chefe do Executivo, que é também presidente do Conselho de Curadores da FM e vice-presidente do Conselho Geral da Universidade, “passasse o dinheiro da mão esquerda para a direita”, o que levou a que milhares de pessoas organizassem um desfile com o slogan “devolução do dinheiro, demissão e reforma”, com o objectivo de promover a reforma do regime da FM. Posteriormente, alguns cidadãos organizaram uma consulta pública sobre essa reforma, e a maioria das opiniões recolhidas foi no sentido de exigir ao Governo o reforço da fiscalização do uso dos financiamentos, incluindo a divulgação de relatórios de actividades e de contas.

Nos termos do Despacho n.º 54/GM/97, as associações devem enviar aos serviços competentes um relatório até 30 dias após a concretização da actividade financiada. Naquela altura, a Novo Macau, enquanto interessada, citou o artigo 106.º do Código do Procedimento Administrativo solicitando ao Governo a alteração do referido despacho, o aditamento de uma norma que exigisse aos serviços que concedessem financiamento a divulgação periódica de relatórios das actividades apoiadas, assim como a submissão da proposta de alteração à apreciação dos cidadãos para efeito da recolha de opiniões. Contudo, mais uma vez, o Chefe do Executivo não cumpriu as disposições legais e ignorou os procedimentos legais, e, até agora, ainda não deu qualquer resposta.

Os financiamentos atribuídos pelo Governo e pela FM provêm da população, que há anos solicita a divulgação de todos os financiamentos públicos, para acabar com o nepotismo e o tráfico de interesses, e o Governo deve, quanto antes, pôr ordem na desordem, divulgando, de acordo com a lei, as contas das associações em relação a cada actividade financiada, para que os cidadãos fiscalizem e avaliem se os financiamentos atribuídos foram bem utilizados.

高天賜 議員辦事處

GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA COUTINHO

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

Desde o estabelecimento da RAEM que a cidade tem sido assolada com vários casos de corrupção graves envolvendo alguns titulares de principais cargos.

Estes casos graves de corrupção ocorrem, entre outras razões, devido ao deficit de transparência governativa, inexistência de mecanismos internos para detecção de abusos de poderes nomeadamente um sistema eficaz e de confiança aos delatores, (whistleblowers) sistemático despesismo do erário público e omissão sistemática das entidades competentes em investigar e reprimir os crimes de corrupção denunciados dos publicamente e que estejam envolvidos Titulares dos Principais Cargos Públicos.

Por isso, há muitos anos, temos vindo a chamar a atenção do Governo para prestar maior atenção aos fenómenos de corrupção que atingem os mais altos níveis dos nossos governantes.

Ainda recentemente, no dia 21 de Março do corrente ano, interpelei por escrito o Governo, as razões porque nos últimos 5 anos, a RAEM não constavam das listas de avaliação do CPI da Transparência Internacional.

No dia 24 de Outubro do corrente ano, o Director dos SAFP respondeu dizendo que na avaliação efectuada pela Transparência Internacional a RAEM somente conseguiu cumprir com um requisito do total de 3 requisitos solicitados ao Governo da RAEM razão pela qual a RAEM ficou excluída das regiões sujeitas à avaliação do IPC desde o ano 2012.

Esta situação afecta gravemente a imagem de Macau no cenário internacional quanto ao grau de incorruptibilidade da REAM e o nível de integridade principalmente dos Titulares dos Principais Cargos Públicos.

Estranha-se que a também RAEHK da RPC tenha sempre ao longo dos anos cumprido com os requisitos estabelecidos pela Transparência Internacional e conseguido situar-se nos lugares cimeiros dos países asiáticos liderados quase todos os anos pela Singapura que possui elevados níveis de incorruptibilidade quer a nível público quer privado e a RAEM não se esforce por atingir as metas exigidas para ser classificado.

Por isso, apelo ao Senhor Chefe de Executivo que como dirigente máximo da RAEM para que nos próximos dois anos que aproximadamente restam do seu mandato para que esforce no sentido de reintegrar a REAM sujeitando-se à avaliação do IPC da Transparência Internacional como tem feito a maioria dos países e regiões asiáticas tais como a RPC, RAEHK, Singapura, Malásia, Taiwan, Camboja, Vietnam, Brunei, e quase todos os países europeus e a nível mundial, porque está em causa a imagem de Macau

高天賜 議員辦事處

GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA COUTINHO

como cidade internacional e que quer dar um bom exemplo de que a tolerância é mesmo de zero quanto a propagação de nichos de corrupção a começar pelo topo da pirâmide governativa.

Afinal o exemplo deve vir sempre de cima para baixo da cadeia hierárquica do elenco governativo.

Muito Obrigado.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa
Especial de Macau aos 16 de Novembro de 2017.**

José Pereira Coutinho

IAOD da Deputada Chan Hong em 20.11.2017

Introduzir ideias harmoniosas entre pessoas portadoras de deficiência e pessoas saudáveis. Melhorar as infra-estruturas sem barreiras arquitectónicas

Desde sempre, o Governo tem feito um esforço para construir uma sociedade com harmonia entre pessoas portadoras de deficiência e pessoas saudáveis e, com o melhoramento das infra-estruturas sem barreiras arquitectónicas, implementar esta cultura de harmonia, mas quanto à implementação de ideias harmoniosas e às actuais infra-estruturas sem barreiras arquitectónicas, os portadores de deficiência são de opinião que ainda existe margem para melhoria. Por exemplo, quando o Governo organiza eventos de grande envergadura, este não tem em conta, de forma geral, as necessidades dos diversos tipos de portadores de deficiência, nomeadamente, a forma de captarem informações, a programação, e se é possível conseguir um evento harmonioso onde estes possam participar com as pessoas saudáveis, e tudo isso deve ser tido em conta e preparado pelo Governo e pela entidade organizadora. Actualmente, temos cada vez mais infra-estruturas sem barreiras arquitectónicas, mas será que isso consegue satisfazer as necessidades dos utentes? Espero que o Governo reveja, quanto antes, o ambiente sem barreiras arquitectónicas de Macau, para poder encontrar as deficiências e repará-las. Ao mesmo tempo, nas obras públicas, nos transportes e nos eventos a realizar, pode introduzir ideias e conhecimentos “harmoniosos entre portadores de deficiência e pessoas saudáveis”, nomeadamente, pensar através de outro ponto de vista e realizar tudo isso tendo em conta as necessidades efectivas dos portadores de deficiência.

Afirmou o Instituto de Acção Social (IAS) que as consultas relativas às “directivas sobre supressão de barreiras arquitectónicas” (doravante apenas designadas por “directivas”) já se encontram na sua fase final, e o texto está a ser elaborado para ser remetido aos serviços competentes, prevendo-se que venham a ser implementadas no início do próximo ano, prioritariamente, em instalações e obras públicas. Isto não só constitui uma boa nova para os deficientes, mas também se traduz num passo importante em direcção a uma sociedade sem barreiras arquitectónicas. Na verdade, a elaboração das “directivas” é apenas o início de um longo caminho, portanto, os problemas não se resolvem com a sua entrada em vigor, pois temos de estar conscientes de que as “directivas”, como não têm efeitos vinculativos, mesmo que sejam observadas nas instalações e obras públicas, estão ainda longe de poder atingir o objectivo de uma sociedade sem barreiras arquitectónicas. Para as suas normas serem respeitadas pela sociedade, o Governo deve promover mais acções de divulgação, incentivo e sensibilização educativa, para se tornarem uma força motora e um hábito. Espero que o Governo se esforce ainda em servir de exemplo na materialização desse desiderato, através da definição de políticas e execução de medidas, para satisfazer as necessidades dos portadores de deficiência e construir uma bela sociedade.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 20.11.2017

Concretizar, via legislação e planeamento urbanístico, o conceito “Terra de Macau destinada a residentes de Macau no âmbito dos Novos Aterros”

O Governo Central autorizou que os 350 hectares dos Novos Aterros se destinam a responder às necessidades dos residentes de Macau. As respectivas obras foram adiadas durante anos, mas estão agora a ser aceleradas. Em Agosto deste ano, o Chefe do Executivo veio à AL para responder ao conceito “Terra de Macau destinada a residentes de Macau no âmbito dos novos aterros”, afirmando que isso tinha uma desvantagem - ia roubar terrenos à habitação pública-, entendimento errado que nos leva a suspeitar tratar-se de um pretexto para não o concretizar! Essa desvantagem nunca existirá se for dado rigoroso cumprimento à reserva de terrenos para a construção das 28 mil habitações públicas na Zona A dos Novos Aterros. Em Setembro deste ano, o Governo afirmou, em resposta a uma interpelação escrita minha, que cabe à DSAJ decidir sobre a opção política da proposta “terra de Macau destinada a residentes de Macau no âmbito dos Novos Aterros”. A meu ver, o Governo deve preparar-se, sem demora, para concretizar, via legislação, tal proposta. O aproveitamento e planeamento dos terrenos também devem ser efectuados com muita prudência, no sentido de clarificar a política de os recursos habitacionais dos Novos Aterros se destinarem a responder às necessidades dos residentes.

A resposta às necessidades habitacionais dos residentes de Macau é um princípio geral do aproveitamento dos terrenos nos Novos Aterros, assim, o Governo deve trabalhar em dois sentidos, isto é, ao nível da legislação, a DSAJ deve preparar-se para concretizar o conceito “terra de Macau destinada a residentes de Macau” e, ao mesmo tempo, há também que ter muita prudência no aproveitamento e planeamento dos terrenos, com vista à concretização da política de os recursos habitacionais nos Novos Aterros serem destinados a responder às necessidades respectivas dos residentes de Macau!

Aquando da sessão de perguntas e respostas na Assembleia Legislativa, em Outubro, o Chefe do Executivo afirmou que continuavam os estudos para a criação de novos tipos de habitação pública, mas que isso exigia articulação com os recursos de solos. O Governo, sob o pressuposto de não prejudicar a reserva de terrenos para as 28 mil habitações públicas tradicionais na Zona A dos Novos Aterros, deve avançar, quanto antes, com o aproveitamento e planeamento dos terrenos na Zona B, cujas obras de aterro já estão concluídas e onde será possível construir 2000 fracções, no sentido de os destinar à construção de novos tipos de habitação pública, e, conseqüentemente, com a disponibilidade desses terrenos, deve proceder de imediato a uma consulta pública, para estudar e definir os projectos concretos sobre os novos tipos de habitação pública!

IAOD do Deputado Au Kam San em 20.11.2017

Lutar pela democracia do sistema político e concretizar a atribuição de poder à população

Com a liberalização do jogo e a política dos vistos individuais após a criação da RAEM, Macau alcançou verdadeiros milagres económicos, no entanto, não se conseguiu esconder a fraca capacidade governativa. São inúmeras as razões do fracasso das políticas e da administração públicas, mas as principais são o descontrolo do poder, a baixa participação e a perda de poder da população. A razão-chave é a falta de democracia do sistema político, pois o Chefe do Executivo é eleito por um pequeno círculo de 400 pessoas, do qual são excluídos 300 mil eleitores qualificados. Com este tipo de regime a população perde poder, e é por isso que as acções governativas se inclinam para as camadas que usufruem de interesses adquiridos, sem se dar atenção à vontade da população. Dos 33 assentos da AL, apenas uma minoria deles, isto é, 14, são decididos pelos votos de 300 mil eleitores, o que leva a que não seja possível fazer reflectir, verdadeiramente, as intenções da população, já para não falar da eficaz restrição ao controlo do Executivo, passando a predominância do Executivo a arrogância do Executivo. A não responsabilização dos dirigentes e o descontrolo das despesas públicas são fruto da falta de democracia do sistema político e da perda de poder da população.

Trata-se mesmo de perda de poder e de baixa participação da população, que não permite corrigir as políticas desadequadas e a baixa eficácia administrativa, e de falta de um regime de responsabilização, que deu azo a conluio, tráfico de influências, abuso de poder em proveito próprio, e corrupção, entre outros problemas graves.

Para os indivíduos que gozam de direitos adquiridos, as referidas situações, que prejudicam o interesse público e o princípio “um país, dois sistemas” é algo que pretendem manter. Só assim é que podem continuar a ser privilegiados, usufruindo de almoços políticos gratuitos e dos frutos da política e do desenvolvimento económico. Portanto, o reforço do poder e da participação da população são seus inimigos, vão roubar parte do seu bolo, por isso, o seu desejo é que o sistema não democrático se mantenha.

Partindo desta perspectiva, já não é difícil compreender porque é que as LAG se esquivam, por completo, ao regime político democrático, nem uma palavra sobre isto. Ao decidir-se a criação de órgãos municipais, ignorou-se propositadamente o facto de, aquando da elaboração da Lei Básica, a justaposição dos membros dos órgãos municipais com os deputados à

Assembleia Legislativa no quarto sector que compõe a Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo se dever à correspondência entre a Assembleia Legislativa e a Assembleia Municipal, órgãos em que participam representantes da opinião pública eleitos pela população. Aliás, torceram, à força, o espírito legislativo original da Lei Básica, entendendo, com toda a firmeza, que os órgãos municipais sem poder político não podem ter membros eleitos pela população. Com a nomeação de todos os elementos do conselho consultivo do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) e dos três conselhos consultivos por freguesia, já está comprovado que o modelo de nomeação só resulta em partilha das vantagens da aliança de governação, em nada contribuindo para resolver os problemas reais. As gentes de Macau devem ver bem a cara daqueles que dizem amar o País e Macau mas que prejudicam o País e Macau para proteger, custe o que custar, os seus direitos adquiridos, e devem denunciá-los e reclamar contra eles.

Insistimos que, pelo futuro de Macau e pela defesa dos princípios “Um País, Dois Sistemas” e “Macau governada pela suas gentes”, somos inabaláveis na luta por um sistema político democrático, na luta pela eleição universal do Chefe do Executivo, na luta pela concretização gradual da eleição universal da Assembleia Legislativa, no sentido de que o Governo da RAEM consiga responder às solicitações da população, que as linhas de acção governativa sejam definidas com base da opinião pública, e no sentido de que seja criado um regime de responsabilização destinado aos dirigentes do Governo, e que seja eliminado o nepotismo e o conluio entre governantes e empresários, devolvendo à nossa população uma Macau com integridade, justiça, igualdade e liberdade. Enquanto residentes de Macau, para além da luta pela democracia, é nossa verdadeira preocupação incentivar a participação do povo nos assuntos públicos de Macau, e empenharmo-nos na criação de um espaço de poder que permita ao povo mudar o futuro da sociedade. Acreditamos que a participação comunitária, o exercício de direitos pela comunidade, que podem permitir aproveitar as oportunidades, a preparação perante os desafios, o desenvolvimento sustentável, a construção do Centro mundial de turismo e lazer, indispensável para qualquer cidade habitável com condições ideais de circulação e óptimas para turismo, lazer e emprego, concretizam o que já se defende desde o início do estabelecimento da RAEM, isto é, transformar Macau num local justo, imparcial, aberto e íntegro.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 20.11.2017

Pedido do registo clínico às entidades de saúde públicas

A Lei n.º 5/2016 - Regime jurídico do erro médico entrou em vigor no corrente ano e a sua intenção legislativa é proteger os direitos de médicos e pacientes através de um regime jurídico. Mas, através das pessoas que me pediram ajuda e dos comentários da sociedade, tenho algumas opiniões sobre esta matéria. Por exemplo, o direito à informação estipulado no artigo 7.º da referida lei estabelece a forma como os pacientes podem obter as suas respectivas informações, mas há alguns problemas na forma de disponibilizar informações aos pacientes. Por exemplo, como o tempo de espera para uma consulta é longo, ou porque gostariam de pedir mais uma opinião sobre o seu estado de saúde a outras entidades de saúde, alguns residentes precisam de requerer parte do seu registo clínico junto da entidade de saúde pública, mas não quer isto dizer que querem requerer um documento para reclamar de algum erro médico. Contudo, de acordo com a lei vigente, independentemente do fim do registo clínico, é cobrado um valor para as respectivas cópias e, de acordo com o Despacho do Chefe do Executivo n.º 27/2017, por cada cópia de filme de exame imagiológico são cobradas 180 patacas, e de exame imagiológico em suporte digital, 100 patacas. Em certas doenças mais complicadas é necessário efectuar vários exames, por isso existem muitos exames imagiológicos e isso acarreta os seguintes problemas:

1. A quantidade de informação dos boletins clínicos, por ser significativa, faz disparar os emolumentos e, quando estes são muito elevados, isto transforma-se num obstáculo para o paciente exercer o seu direito de aceder a informações, quando apenas as pretende para ouvir a opinião de outros médicos.

2. Como as análises e os exames já foram pagos, aquando da sua realização, os relatórios a eles respeitantes devem ser, em princípio, devolvidos aos pacientes, enquanto património próprio. Se a sua requisição é paga, então, está-se perante uma duplicação de pagamento, lesando os direitos e interesses dos pacientes e agravando os encargos.

Assim, para melhor salvaguardar o direito à informação dos pacientes, deve o Governo adoptar medidas, para otimizar os procedimentos de pedido, baixar os emolumentos a cobrar e fornecer gratuitamente os relatórios de análises e exames, cujas taxas já estão pagas, para evitar um duplo pagamento e, mais, reduzir, tanto quanto possível, as limitações impostas para a obtenção de informações clínicas, de forma a permitir ao paciente obter, segundo a sua vontade, mais sugestões clínicas pormenorizadas.